

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão: Secretária Municipal de Infraestrutura

CNPJ: 76.175.884/001- 87

Endereço: Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda, CEP: 84.051- 900.
Ponta Grossa - PR

Endereço Eletrônico: smp@pontagrossa.pr.gov.br

Fone: (42) 3220 - 1000

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto e Quantitativos

O objeto deste Termo de Referência consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para a execução integral, sob o regime de Empreitada por Preço Global, da obra de construção do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Campo Belo III, no município de Ponta Grossa - PR. A execução observará fielmente os projetos executivos fornecidos pela Administração (padrão FNDE Proinfância Tipo 2), com área construída de 775,85 m² e área de ocupação de 891,68 m²

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL



1	Execução integral, sob o regime de Empreitada por Preço Global, da obra de construção do CMEI FNDE Tipo 2, localizado no Bairro Campo Belo III, Ponta Grossa-PR, com fornecimento total de materiais, equipamentos e mão de obra, em estrita conformidade com os projetos executivos fornecidos pela Administração e proposta vinculada ao Novo PAC.	5622	UN	1	R\$ 5.028.063,29
---	--	------	----	---	---------------------

- **Fundamentação do Valor:** O valor global baseia-se na planilha orçamentária de 12/2025 (SINAPI Curitiba), com BDI de 21,58%

1.2. Órgão Gerenciador

Secretária Municipal de Educação de Ponta Grossa.

1.3. Classificação do Objeto quanto à Heterogeneidade e Complexidade



O objeto da presente contratação é classificado como obra comum de engenharia. Esta classificação justifica-se pelo fato de o Município disponibilizar a totalidade dos projetos executivos (arquitetônico, estrutural, fundações e complementares) plenamente detalhados e consolidados, cujos padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas construtivas encontram-se objetivamente definidos no instrumento convocatório por meio de práticas usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Classificação do Objeto quanto ao Modelo de Execução

O serviço é enquadrado como contratado por escopo (não contínuo), visando a entrega final do equipamento educacional plenamente operacional, urbanizado e licenciado.

1.5. Prazo de Vigência

O prazo de vigência da contratação será de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A) Prazo de Execução: O prazo para a execução física global da obra será de 360 (trezentos e sessenta) dias (12 meses), contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, seguindo rigorosamente a distribuição de metas e faturamento em 12 parcelas mensais (com previsão de execução de agosto de 2026 a julho



de 2027) , conforme detalhado no Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela CAIXA/FNDE.

B) Encerramento Contratual: O período remanescente entre o término da execução física (360 dias) e o fim da vigência do contrato (540 dias) destina-se obrigatoriamente aos trâmites de vistorias técnicas da Fiscalização, emissão do Termo de Recebimento Provisório, auditoria documental, saneamento de eventuais pendências construtivas e lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação e Memória de Cálculo

A fundamentação detalhada da necessidade desta contratação encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), documento que integra os autos do processo. A necessidade da obra justifica-se pelos seguintes pontos:

A) Atendimento à Primeira Infância: Garantir o atendimento a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, promovendo o desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

B) Demanda Reprimida: A construção possibilitará atender à demanda por vagas de educação infantil na região do Campo Belo.



C) Capacidade de Atendimento: O projeto padrão Proinfância Tipo 2 possui capacidade para atender até 94 crianças em regime integral ou 188 crianças em dois turnos (matutino e vespertino).

D) Padronização Técnica: A adoção do modelo FNDE visa aprimorar a infraestrutura escolar com padrões de qualidade e funcionalidade estabelecidos pelo MEC.

2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual

O objeto da presente contratação encontra-se devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Ponta Grossa para o exercício de 2026.

A) A contratação está em plena conformidade com o planejamento estratégico da Administração Pública e com as metas do Plano Plurianual (PPA).

B) A proposta está vinculada ao Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e utiliza recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Descrição da Solução e Ciclo de Vida

A solução consiste na execução física, integral e de engenharia do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Campo Belo III, tomando como premissa técnica obrigatória a totalidade dos projetos executivos de engenharia e arquitetura fornecidos pela Administração (Padrão FNDE Proinfância Tipo 2). O ciclo de vida da solução abrange o fornecimento global



de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada para a construção, urbanização externa e comissionamento de todos os sistemas prediais , visando a entrega final da edificação de 775,85 m² plenamente operacional e devidamente licenciada para o pronto atendimento educacional.

3.2. Justificativa do Regime de Empreitada por Preço Global e Matriz de Riscos

A opção pelo regime de Empreitada por Preço Global, sob a modalidade de execução indireta, fundamenta-se na consolidação prévia de todos os projetos executivos necessários por parte do Município. Conforme exarado no **Parecer Jurídico nº 1044/2026 da Procuradoria Geral do Município** , a disponibilização de projetos exaustivos afasta a necessidade jurídica e operacional de regimes de partilha intelectual (como a contratação semi-integrada) , impondo o enquadramento do objeto como obra comum.

- A)** Sob a égide do preço global, a proposta da licitante deve cobrir a totalidade dos custos para a entrega do equipamento público funcional. A responsabilidade pela exatidão dos quantitativos da planilha referencial é transferida voluntariamente à contratada mediante a instituição de uma Matriz de Alocação de Riscos (art. 103 da Lei nº 14.133/2021) , a ser anexada aos autos do Processo SEI nº 092394/2025.
- B)** Como critério de aceitabilidade das propostas, fica estabelecido que o percentual de desconto global ofertado pela licitante na fase de lances incidirá obrigatoriamente de forma linear, idêntica e proporcional sobre o preço unitário de cada item da planilha de



referência da Administração, bloqueando qualquer tentativa de manipulação de preços ou distorções financeiras durante a execução contratual.

- C) A contratada declarará o conhecimento e a validação plena das peças gráficas e quantitativos fornecidos, assumindo o ônus de qualquer omissão ordinária de levantamento, não cabendo aditamentos contratuais ou revisões de preços por erros de quantificação.

3.3. Relação de Itens da Contratação

A execução do objeto seguirá o item de serviço detalhado abaixo:

N.º ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	Execução integral, sob o regime de Empreitada por Preço Global, da obra de construção do CMEI Campo Belo III (775,85 m², incluindo fornecimento total de insumos, urbanização externa, testes, comissionamento e entrega final de infraestrutura.	1	Unidade

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade Ambiental e Social



A contratada deverá atender aos critérios de sustentabilidade baseados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo a eficiência energética por meio de luminárias LED e o uso racional da água.

A) Gerenciamento de Resíduos (PGRCC): É obrigatória a elaboração, protocolo e aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), em estrita observância às diretrizes do Decreto Municipal nº 10.995/2016 e da Resolução CONAMA nº 307/2002.

B) Prerrogativa de Medição: A apresentação do PGRCC devidamente aprovado pela SMMA é pré-requisito indispensável para a liberação e pagamento do primeiro Marco de Resultado. Ao término da obra, a entrega do Relatório Final de Gerenciamento de Resíduos, com os devidos comprovantes de destinação legal, é condição mandatória para o Recebimento Definitivo.

4.2. Subcontratação

É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

A) Responsabilidade: A contratada mantém a responsabilidade civil, administrativa e técnica integral pela supervisão, coordenação e perfeita execução das etapas subcontratadas.

B) Vedações: É proibida a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculos técnicos, comerciais ou familiares de até terceiro grau com



dirigentes do órgão contratante ou com os servidores designados para a fiscalização e gestão deste contrato.

4.3. Garantia de Execução Contratual

Com fulcro no art. 98, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando o enquadramento do objeto como obra comum de engenharia, a contratada deverá prestar garantia nas modalidades previstas em lei no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, como instrumento de salvaguarda do patrimônio público durante a execução integral do empreendimento.

4.4. Cláusula de Validação Técnico-Quantitativa dos Projetos

Por se tratar de uma contratação por Preço Global, a Contratada terá o prazo preclusivo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço inicial, para proceder à análise minuciosa, conferência em campo e compatibilização de todas as pranchas, memoriais e planilhas orçamentárias fornecidas pela Administração.

Dentro deste prazo, a empresa deverá emitir uma Declaração formal de Validação Técnico-Quantitativa, atestando a exequibilidade integral dos projetos e a suficiência dos quantitativos orçados para a entrega do CMEI plenamente funcional.

Após a emissão da referida declaração ou transcorrido o prazo sem manifestação, a Contratada assumirá integral e exclusivamente o risco por quaisquer omissões de levantamento, erros de quantitativos ou interferências



ordinárias de campo, ficando terminantemente vedada a celebração de aditivos contratuais de valor para acréscimo de itens constantes dos projetos originais.

4.5. Encargos Técnicos Específicos

Constituem encargos exclusivos da contratada, cujos custos operacionais e insumos devem estar obrigatoriamente contemplados no preço global ofertado:

- A) Padrão de Entrada de Energia:** Execução integral da infraestrutura e montagem do padrão de entrada de energia de 250A, em estrita conformidade com as normas técnicas da concessionária local (COPEL).
- B) Sistema de Combate a Incêndio:** Instalação completa da casa de máquinas com os conjuntos de motobombas sob o reservatório metálico elevado de 15.000 litros, assegurando a pressurização dos hidrantes e a manutenção da reserva técnica de 10.000 litros exclusiva para incêndio, conforme projeto preventivo aprovado pelo Corpo de Bombeiros.
- C) Caso a licitante opte por não realizar a vistoria técnica prévia, deverá apresentar, obrigatoriamente, uma Declaração de Conhecimento Pleno assinada pelo seu responsável técnico, assumindo todos os riscos, ônus e dificuldades decorrentes das condicionantes locais.**
- D) A não realização da vistoria ou a assinatura da declaração implica na renúncia automática a qualquer pleito posterior de reequilíbrio econômico-financeiro ou dilação de prazo motivado por obstáculos superficiais,**



desníveis ou características visíveis do terreno no ato da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução e Início

A execução do objeto seguirá estritamente o regime de Empreitada por Preço Global, competindo à Contratada iniciar as atividades de mobilização de pessoal, instalação do canteiro de obras, implantação do sistema de videomonitoramento e tapumes em até 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

5.2. Métodos e Etapas de Execução

Visando a eficiência administrativa e o controle rigoroso dos repasses vinculados ao Novo PAC/FNDE , a execução física da obra dar-se-á de forma contínua e sequencial, organizada em duas etapas operacionais de acompanhamento:

A) Etapa 1 (Mobilização e Validação Quantitativa):

Compreende o recebimento dos projetos executivos fornecidos pelo Município , a conferência topográfica, a execução das sondagens geotécnicas complementares (SPT) e a assinatura da Declaração de Validação Técnico-Quantitativa dentro do prazo preclusivo de 15 dias.

B) Fase 2 (Execução Física): Etapa 2 (Execução Física e Comissionamento): Compreende a construção integral da infraestrutura, superestrutura, coberturas,



vedações, instalações prediais multidisciplinares , urbanização externa, testes integrados de sistemas e entrega da unidade operacional.

5.3. Cronograma de Realização e Metas (Milestones)

O cronograma global de execução física do objeto será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço. Para fins de controle macro, fiscalização, medição e faturamento por preço global , a evolução dos serviços fica atrelada ao cumprimento estrito dos seguintes 6 (seis) Marcos de Resultado, vedado o pagamento proporcional de itens fracionados:

- A) Marco 01 Mobilização, Canteiro e Validação (Até 30 dias acumulados):** Conclusão da instalação física do canteiro, tapumes, ligação provisória de utilidades, ativação do videomonitoramento e protocolo da Declaração de Validação Técnico-Quantitativa dos Projetos.
- B) Marco 02 Infraestrutura e Fundações (Até 90 dias acumulados):** Conclusão integral de todos os serviços de movimentação de terra, cortes, aterros compactados, drenagem inicial, execução das estacas escavadas e blocos de coroamento em concreto armado (conforme item 1.3 da Planilha Orçamentária FNDE).
- C) Marco 03: Superestrutura e Vedação Vertical (Até 180 dias acumulados):** Conclusão integral da estrutura de concreto armado (vigas baldrame, pilares, vigas superiores e lajes) e levantamento de todas as alvenarias de vedação em blocos cerâmicos furados da edificação (conforme itens 1.4 e 1.5 da Planilha).



D) Marco 04: Cobertura e Instalações Básicas (Até 270

dias acumulados): Conclusão da montagem da estrutura metálica treliçada , telhas termoacústicas, impermeabilizações, e passagem embutida de todas as redes hidráulicas, sanitárias, preventivas de incêndio e eletrodutos/eletrocalhas das instalações elétricas e lógica (itens 1.6, 1.7 e 1.12 a 1.17 da Planilha).

E) Marco 05: Revestimentos e Acabamentos (Até 330

dias acumulados): Conclusão integral dos emboços, massas únicas, revestimentos cerâmicos internos , assentamento de pisos vinílicos e granilite, instalação de esquadrias (portas e janelas de alumínio), pinturas técnicas e fixação de louças, metais e acessórios (itens 1.9, 1.10, 1.11 e 1.15 da Planilha).

F) Marco 06: Finalização, Urbanização e Entrega (Até

360 dias acumulados): Conclusão de toda a urbanização externa (calçadas de concreto, pavimentação em paver e plantio de grama) , fechamentos e muros de divisa, testes integrados de carga e pressão, comissionamento de sistemas , aprovação final do Corpo de Bombeiros e concessionárias, limpeza fina de obra e entrega dos projetos "As-Built".

5.4. Dos Parâmetros Técnico-Executivos das Fundações

Os projetos executivos estruturais e de fundações fornecidos pelo Município foram integralmente dimensionados e compatibilizados com base no Relatório de Sondagem a Percussão (SPT) oficial do terreno, o qual integra os anexos técnicos deste Termo de Referência.



Além disso, compete exclusivamente à Contratada a locação geométrica exata, a perfuração, a armação e a concretagem dos elementos de fundação (estacas e blocos de coroamento), em estrita obediência às cotas de assentamento, diâmetros, profundidades e especificações de materiais ($f_{ck} \geq 30$ MPa) estabelecidas no Projeto Executivo.

Soma-se a isso, Por força do regime de Empreitada por Preço Global, o valor total adjudicado assume caráter fixo e irrevogável para a entrega da totalidade dos elementos de infraestrutura previstos. Os coeficientes de consumo e quantitativos encontram-se consolidados e validados pelas partes face às diretrizes geotécnicas fornecidas, configurando risco ordinário da contratada a fiel execução dos serviços dentro dos limites financeiros pactuados.

5.5. Local e Endereço da Prestação dos Serviços

Os serviços serão executados na Área Institucional 1 da Quadra 1 do Loteamento Campo Belo III, no município de Ponta Grossa – PR. O terreno confronta-se diretamente com a Rua Antonio Batista, a Rua Moacir Bacovis e a Rua Maria Rut Canteri.

5.6. Rotinas de Segurança e Vigilância

A contratada deverá manter sistema de segurança e vigilância compatível com o porte, a complexidade e os riscos do empreendimento, incluindo controle de acesso, monitoramento, proteção patrimonial do canteiro de obras e adoção de medidas preventivas contra invasões, furtos, vandalismo e acidentes durante toda a execução contratual.



Sempre que necessário, a Fiscalização poderá determinar a adoção de medidas adicionais de vigilância presencial ou remota, compatíveis com as condições operacionais do empreendimento.

5.7. Materiais e Equipamentos

A empresa deverá fornecer todos os insumos, ferramentas e equipamentos novos e certificados. Itens críticos, como o reservatório metálico de 15.000 litros e o padrão de entrada de 250A, devem ser executados integralmente, garantindo a funcionalidade plena do equipamento público.

5.8. Comissionamento e Entrega Operacional

A entrega da edificação deverá ocorrer em condições plenas de funcionalidade, operacionalidade e segurança, incluindo testes integrados, regulagens, verificações funcionais e comissionamento dos sistemas prediais instalados.

A Contratada deverá realizar, previamente ao recebimento provisório:

- A)** Testes operacionais dos sistemas elétricos, hidrossanitários e preventivos;
- B)** Verificações de desempenho dos equipamentos instalados;
- C)** Correção de inconsistências identificadas pela Fiscalização;
- D)** Entrega dos projetos “as built”, manuais, garantias e documentação técnica pertinente.



O recebimento provisório somente ocorrerá após a comprovação da plena funcionalidade da edificação e dos sistemas previstos contratualmente.

O recebimento definitivo somente ocorrerá após a conclusão das pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório, entrega integral da documentação técnica, aprovação dos testes e comissionamentos, apresentação das ARTs/RRTs finais, entrega dos manuais e garantias e emissão do termo circunstanciado pela Fiscalização.

Os projetos “as built” deverão refletir fielmente a execução efetivamente realizada em campo, contemplando todas as alterações executivas implementadas durante a obra, constituindo condição obrigatória para o recebimento definitivo do objeto.

5.9. Garantia Técnica do Objeto

A contratada responderá pela qualidade, segurança e solidez da obra pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos, conforme o Art. 618 do Código Civil.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Execução e Fidelidade Contratual

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.2. Designação do Preposto e Gestão Técnica

A Contratada deverá designar formalmente um preposto e manter no local da obra, em tempo integral, um Engenheiro Civil Residente devidamente qualificado, para coordenar as frentes de serviço e servir de interlocutor direto com a Fiscalização.

6.3. Rotinas de Fiscalização Técnica

A fiscalização técnica será exercida pela Coordenadoria de Engenharia da Secretaria Municipal de Educação, que acompanhará o cumprimento de todas as condições estabelecidas, assegurando os resultados para a Administração.

6.4. Equipe de Fiscalização Designada

Os servidores responsáveis pela fiscalização técnica e acompanhamento da execução deste contrato serão formalmente designados nos autos do Processo SEI nº 092394/2025, competindo-lhes:

- A)** Realizar vistorias mensais no canteiro.
- B)** Analisar e aprovar tecnicamente os Projetos Executivos antes do início da obra física.
- C)** Conferir e atestar o cumprimento integral e a conformidade técnica das metas de resultado associadas aos Marcos de Resultado (Milestones) , emitindo o parecer técnico indispensável para a liberação de faturamento.



6.5. Fiscalização Administrativa e Documental

Caberá à fiscalização administrativa verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, o cumprimento das obrigações laborais, previdenciárias e o controle das garantias contratuais.

6.6. Comunicação Oficial e Diário de Obras

Todas as comunicações oficiais entre as partes serão realizadas obrigatoriamente por escrito. A Contratada deverá manter o Diário de Obras atualizado diariamente no canteiro, registrando o efetivo de pessoal, condições climáticas, fotos de etapas ocultas e ocorrências técnicas, disponibilizando-o permanentemente para consulta da Fiscalização.

6.7. Supervisão Externa

O contrato contará com acompanhamento técnico e fiscalização dos órgãos concedentes e financiadores, especificamente a Caixa Econômica Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

6.8. Atribuições da Fiscalização Técnica

Além das vistorias, compete ao fiscal técnico anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências, emitir notificações para correção de irregularidades e informar ao gestor situações que exijam decisões superiores. Ressalta-se



que a fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado por imperfeições técnicas ou materiais inadequados.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Avaliação da Execução e Aferição de Resultados

A aferição dos serviços executados para fins de faturamento utilizará obrigatoriamente a metodologia de metas de resultado, associada ao cumprimento integral dos Marcos de Resultado (Milestones) previamente estabelecidos.

Em estrita observância ao art. 6º, inciso XXXIII, e ao art. 122, § 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica terminantemente vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução isolada de quantidades fragmentadas de itens.

Ademais, o fluxo de caixa e os requerimentos de pagamento acompanharão a evolução real da obra, porém o efetivo direito ao crédito da parcela estará estritamente condicionado ao aceite técnico e à entrega 100% concluída de



cada macroevento macroeconômico fixado no cronograma físico-financeiro.

7.2. Do Recebimento e Medição de Obras

Ao final de cada etapa (Projetos, Infraestrutura, Superestrutura, Instalações e Finalização), a Contratada apresentará a medição acompanhada de:

- A)** Memória de cálculo detalhada
- B)** Registros fotográficos e cópia das anotações do Diário de Obras.
- C)** Uma etapa será considerada concluída apenas quando os serviços previstos estiverem 100% executados e aprovados pela Fiscalização.

7.3. Condições Específicas para Medição

- A) PGRCC:** A apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) é um pré-requisito obrigatório para a emissão da primeira medição
- B) Comprovação Ambiental:** A contratada deverá apresentar, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais (DOF) utilizados.



7.4. Vedação ao Faturamento por Preços Unitários e Aplicação do Desconto Linear

Por se tratar de execução sob o regime de Empreitada por Preço Global, compete à Contratada considerar em sua proposta todos os quantitativos, encargos, riscos, insumos e custos necessários para a entrega final da unidade escolar plenamente operacional.

- A)** O percentual de desconto global ofertado pela licitante sagrada vencedora na fase de lances será aplicado de forma idêntica, linear e proporcional sobre cada um dos itens unitários da planilha orçamentária referencial da Administração.
- B)** Não serão admitidos pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivos de valor motivados por erros de quantitativos ou omissões ordinárias de levantamento da planilha referencial, assumindo a Contratada o risco integral pela suficiência dos itens orçados frente aos projetos fornecidos.
- C)** Fica expressamente vedada a concessão de faturamento proporcional ou o fracionamento financeiro de Marcos de Resultado não concluídos em sua integridade técnica.

7.5. Fluxo e Prazos de Liquidação e Pagamento

O adimplemento das obrigações financeiras por parte do Município observará rigorosamente a ordem cronológica de exigibilidade das despesas liquidadas, limitando-se aos seguintes prazos regulamentares:

- A) Liquidação da Despesa:** Até 18 (dezoito) dias úteis, contados a partir da data de protocolo



regular da Nota Fiscal acompanhada do ateste técnico de conclusão do Marco de Resultado emitido pela equipe de Fiscalização.

B) Efetivo Pagamento: Até 18 (dezoito) dias úteis, contados a partir da data de formalização da liquidação da despesa.

C) Justificativa de Dilação: A estipulação técnica de tais prazos fundamenta-se na complexidade inerente à auditoria dos marcos de engenharia e na estrita necessidade de conformidade documental exigida para a liberação de recursos federais vinculados ao OGU, Novo PAC e FNDE.

7.6. Reajuste de Preços

Os preços contratuais são fixos e irrealizáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento de referência, estipulada em dezembro de 2025.

Caso a execução ultrapasse o interstício de 1 ano por motivos não imputáveis à Contratada, os preços remanescentes poderão ser reajustados mediante aplicação do índice oficial setorial da construção civil (SINAPI - referência Curitiba/Paraná), nos termos da legislação federal vigente.



8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Cometimento de Infração

Comete infração administrativa, sujeitando-se às penalidades cabíveis, a Contratada que der causa à inexecução parcial ou total do contrato, ensejar o retardamento injustificado da execução dos serviços ou do cumprimento das metas físicas fixadas nos Marcos de Resultado (Milestones), falhar ou fraudar na execução da obra por meio da utilização de materiais em desconformidade com os projetos executivos fornecidos, apresentar documentação falsa ou comportar-se de modo inidôneo.

Sob o regime de Empreitada por Preço Global, qualquer execução em desacordo com as pranchas gráficas, detalhes construtivos ou memoriais fornecidos pela Administração obriga a Contratada à imediata demolição, refazimento e correção das desconformidades por sua conta e risco exclusivos, sem prejuízo da aplicação das multas moratórias por atraso no cronograma global de 360 dias.

8.2. Sanções Administrativas

A Administração poderá aplicar à Contratada, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévia, as seguintes sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

A) Advertência: Aplicada em hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais menores ou de natureza meramente formal que não gerem prejuízos ao andamento físico da obra.



- B) Multa:** Aplicada de forma pecuniária e cumulativa com as demais sanções, conforme os parâmetros definidos no item 8.3.
- C) Impedimento de Licitar e Contratar:** Aplica-se no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ponta Grossa, pelo prazo de até 03 (três) anos.
- D) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar:** Aplicada no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

8.3. Parâmetros para Aplicação de Multas

Os valores apurados a título de multa poderão ser retidos e descontados diretamente dos créditos devidos nos Marcos de Resultado subsequentes ou, se necessário, executados contra a garantia contratual de 5% prestada pela empresa. Os critérios de cálculo observarão as seguintes balizas:

- A) Multa Moratória:** De 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da etapa inadimplida (milestone), até o limite de 90 dias.
- B) Multa Compensatória:** De 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inexecução parcial ou total.

8.4. Procedimento e Defesa

Antes da aplicação de qualquer penalidade, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação oficial.



9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Concorrência, sob a forma Eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Regime de Execução

O regime de execução será o de Empreitada por Preço Global, em estrita observância ao art. 6º, inciso XXVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratada assume a obrigação de executar a totalidade das etapas da obra por preço certo, fechado e total, sendo responsável por todas as despesas diretas e indiretas necessárias para a entrega do CMEI plenamente operacional.

9.3. Critérios de Aceitabilidade de Preços

O valor global máximo aceitável pela Administração para a contratação é fixado em R\$ 5.028.063,29 (cinco milhões, vinte e oito mil, sessenta e três reais e vinte e nove centavos).

O percentual de desconto global ofertado pela licitante na fase de lances deverá incidir de forma linear, idêntica e proporcional sobre o preço unitário de cada um dos itens que compõem a Planilha Orçamentária de referência da Administração.



É terminantemente vedada a oferta de descontos assimétricos ou planilhas com rebalanceamento artificial de itens (preços unitários acima do referencial ou descontos discrepantes entre serviços), sob pena de desclassificação imediata da proposta por incompatibilidade com o regime de Preço Global.

9.4. Qualificação Econômico-Financeira e Índices de Endividamento

Para comprovação da saúde financeira, as licitantes deverão apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um). Adicionalmente, será exigido Grau de Endividamento Total (ET) igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco), calculado pela fórmula:

$$ET = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,5$$

- **Justificativa do Índice:** O índice visa selecionar licitantes com estrutura de capital robusta para suportar o fluxo de caixa da obra e mitigar riscos de paralisação por insolvência.

9.5. Qualificação Técnico-Operacional

A licitante deverá comprovar aptidão mediante certidões que demonstrem a execução anterior de obras de características semelhantes (edificações em alvenaria com estrutura de concreto armado), limitadas ao quantitativo mínimo de 50% da área total.



- **Área Mínima Comprovada:** A empresa deve comprovar experiência anterior em edificação com área mínima de 387,93 m² (referente a 50% da área construída de 775,85 m²).

9.6. Qualificação Técnico-Profissional

A empresa deverá indicar os seguintes profissionais técnicos, detentores de atestados de responsabilidade técnica por obras de complexidade similar:

- A) Coordenador de Projetos:** Detentor de atestado de responsabilidade técnica por coordenação, compatibilização multidisciplinar ou desenvolvimento de Projetos Executivos Complementares de edificações, com foco na integração de disciplinas técnicas e verificação de interferências (BIM), tomando como premissa projetos arquitetônicos e de implantação fornecidos pela Administração.
- B) Engenheiro Civil Residente:** Presente no canteiro durante toda a fase de execução física.
- C) Engenheiro Eletricista:** Responsável pelo padrão de entrada de 250A e rede elétrica global.
- D) Engenheiro Civil ou Geotécnico:** Responsável pelo redimensionamento/detalhamento das fundações e terraplenagem baseados na sondagem complementar do solo.

9.7. Relação de Compromissos Assumidos



A licitante deverá apresentar declaração assinada por profissional contábil comprovando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos vigentes não supera o seu Patrimônio Líquido, evitando o sobre-esforço financeiro.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Custo Estimado Total da Contratação

O custo estimado total para a execução integral da obra de construção do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Campo Belo III, que constitui o limite máximo aceitável pela Administração para a adjudicação do certame, é de R\$ 5.028.063,29 (cinco milhões, vinte e oito mil, sessenta e três reais e vinte e nove centavos). Os custos unitários e as composições analíticas de cada serviço encontram-se discriminados na planilha orçamentária referencial que instrui o processo.

10.2. Fundamentação e Referenciais de Preços

O montante estimado foi calculado com base no sistema de custos oficial SINAPI (referência Curitiba/Paraná), com data-base em dezembro de 2025. A estimativa contempla integralmente todos os insumos, mão de obra especializada, encargos sociais e tributários incidentes.

- Para o cálculo do valor global, foi adotado um BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de 21,58%.



10.3. Consideração de Riscos na Estimativa

Por se tratar de contratação por preço global fixo e irrevogável por período inferior a um ano, o valor total pactuado já compreende a remuneração integral de todos os insumos, ferramentas, encargos e riscos ordinários da atividade empresarial. Diante da instituição da Cláusula de Validação Técnico-Quantitativa (item 4.4), não serão admitidos aditivos de valor motivados por erros de quantificação ou omissões ordinárias de levantamento da planilha referencial, correndo a fiel execução do projeto por conta e risco exclusivos da Contratada.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas através de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União (OGU), vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O Município de Ponta Grossa garantirá a integralidade do investimento através da devida contrapartida orçamentária municipal. O objeto encontra-se devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, sob a Demanda nº 1351/2026, referente à construção, reforma e ampliação de unidades escolares. As rubricas específicas, fontes de recursos e notas de reserva técnica para o exercício vigente encontram-se formalmente instruídas nos autos do processo administrativo da Secretaria Municipal de Infraestrutura.



11.1. Origem dos Recursos e Financiamento

As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas através de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União (OGU) , vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

11.2. Contrapartida e Dotação Orçamentária

O Município de Ponta Grossa garantirá a integralidade do investimento através da devida contrapartida orçamentária municipal. As rubricas específicas, fontes de recursos e notas de reserva técnica para o exercício vigente encontram-se formalmente instruídas nos autos do processo administrativo da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

11.3. Responsabilidade pela Integridade do Repasse

- I. Considerando que o objeto é financiado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Contratada deverá assegurar que os Projetos Executivos, os materiais empregados, os métodos executivos e a execução física da obra observem integralmente os padrões técnicos, funcionais e operacionais aplicáveis ao Programa Proinfância Tipo 2.
- II. Eventuais retenções, suspensões, glosas ou apontamentos realizados pelos órgãos financiadores ou de controle, quando comprovadamente decorrentes de falhas técnicas, erros de projeto, incompatibilidades, desconformidades executivas ou inadequações imputáveis à Contratada, serão de sua exclusiva responsabilidade, cabendo-lhe promover as correções necessárias sem ônus adicional à Administração.



- III. Nessas hipóteses, não caberá pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, indenização ou revisão contratual decorrente de falhas atribuíveis à própria Contratada.

12. MATRIZ DE RISCO

A Matriz de Alocação de Riscos constitui cláusula definidora das responsabilidades contratuais ordinárias e extraordinárias atribuídas a cada uma das partes face a eventos supervenientes capazes de impactar o equilíbrio econômico-financeiro original do pacto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1. Diretrizes Gerais de Alocação Voluntária (Art. 103)

Por se tratar de contratação por Preço Global, adota-se a instituição voluntária da matriz de risco, cujo detalhamento pormenorizado das responsabilidades encontra-se formalizado em documento técnico específico anexado separadamente aos autos do Processo SEI nº 092394/2025. Conforme as diretrizes gerais estabelecidas:

A) Riscos da Contratada: Os eventos expressamente alocados à álea empresarial ordinária da Contratada (tais como logística, suprimentos, produtividade, erros executivos e oscilações comuns de mercado) não ensejam direito a aditamento contratual de valor ou dilação de prazo.

B) Riscos da Administração: Os eventos de responsabilidade do Município (como alterações supervenientes nas políticas educacionais, atrasos na liberação de acessos ao lote ou teoria da imprevisão) admitirão a instauração de procedimento administrativo para análise de reequilíbrio ou prorrogação de prazo.



13. FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Formalização

Após a homologação do certame, será formalizado o contrato administrativo para a execução integral dos serviços de engenharia e obras do CMEI Campo Belo III.

13.2. Vigência Contratual

O contrato terá vigência de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Este período contempla:

- A) O período para a execução integral da obra será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, em estrito alinhamento com as 12 parcelas mensais estipuladas no cronograma físico-financeiro aprovado pela CAIXA/FNDE.
- B) Prazo Remanescente:** O intervalo de tempo excedente destina-se, com exclusividade, aos atos administrativos de recebimento provisório, realização de vistorias técnicas finais, conferência do As-Built, auditorias e recebimento definitivo do objeto.

13.3. Documentos Integrantes

O edital, este Termo de Referência, seus anexos técnicos (incluindo o Memorial Descritivo de Arquitetura FNDE



e o Memorial de Itens não Financiáveis da Prefeitura) e a proposta da licitante vencedora integrarão o contrato a ser firmado para todos os efeitos legais.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Classificação das Informações

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, respeitando o princípio da transparência pública e a Lei de Acesso à Informação.

14.2. Vinculação ao Edital

Este Termo de Referência é parte integrante do Edital de Concorrência Eletrônica, e as obrigações nele contidas deverão ser observadas pela contratada durante todo o ciclo de vida do objeto, desde a elaboração dos projetos executivos até a entrega final da unidade escolar.



Ponta Grossa 13 de Maio de 2026

Assinado por:

Luiz Fernando Swiatek Junior

28/05/2026 - 11:17

VP01CJGAR6GPJF0GK8BPWA

Responsável pela confecção deste Termo

